

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 21 de janeiro de 2023, com início às 14:00 hrs de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior 2) Alteração à Lei 66-A; 3) Homologação das reuniões dos Conselhos Regionais; 4) Pagamento do *site* do CCP 5) Moção EPE 6) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Manuel Coelho, Maria de Lurdes De Almeida, Paulo Martins, Pedro Rupio e António Cunha. Justificaram as suas ausências o conselheiro Paulo Marques e a conselheira Rita Santos, sendo esta substituída pelo conselheiro Gilberto Camacho. Estiveram também presentes os conselheiros António Davide, Sérgio Tavares e António Freitas. O Cons. Flávio Martins iniciou a reunião agradecendo a presença de todos/as. Em votação, a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da Reunião do dia 10 de Dezembro, o Cons. Flávio Martins perguntou se havia algum ponto importante para incorporar na Ata, mas todos os presentes consideraram que nada havia a acrescentar e portanto foi aprovada por unanimidade. Passando ao ponto 2) Alteração à Lei 66-A o Cons. Flávio Martins disse ter sido informado pelo Cons. Amadeu Batel que o Deputado Paulo Pisco teria apresentado um relatório à proposta da alteração na 2ª Comissão da A.R. que foi aprovado. Disse ainda que tinha enviado uma mensagem ao Deputado e ao SECCP a informar que realizar-se-ia uma reunião do CP online, no dia 21 de janeiro e que se iria emitir uma nota devido à inercia do Grupo Parlamentar do PS neste particular, se já tivessem alguma informação por favor que informassem ao CCP. O Deputado não respondeu e o SECCP disse não ter notícias ao respeito. Passou então a palavra ao Cons. Amadeu Batel para ele esclarecer a informação em caso que tivesse mais algum pormenor. O Cons. disse não ter mais detalhes e esclareceu que

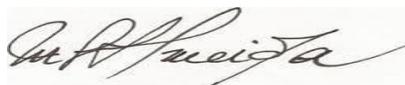
o CRE em reunião tinha decidido suspender o mandato por um período de tempo, mas devido à mensagem recebida decidiram suspender esta decisão. O Cons. Pedro Rupio disse não ter mais pormenores, somente a publicação do Deputado Paulo Pisco. Em vistas das circunstâncias o Cons. Flávio Martins manifestou séria preocupação devido ao atraso e propôs enviar uma carta aberta, notificando previamente ao Deputado e ao SECCP, devido à inoperância do GP do PS. Perguntou se alguém discordava, mas todos os Conselheiros presentes concordaram com esta proposta, enfatizando que o PS antes defendia o piloto do voto eletrónico descentralizado mas que agora mudou de ideia. Passando ao ponto 3) Homologação das Reuniões dos Conselhos Regionais, o Cons. Flávio Martins disse que todas as propostas foram aceites, somente houve uma retificação do CRAO pois tiveram que mudar o lugar da reunião do Japão para Macau. Participou também que tanto ele como o Cons. Sérgio Tavares assistiram no mês de dezembro ao Conselho da Diáspora e que este órgão mostrou muito interesse em trabalhar com o CCP, não somente numa perspetiva empresarial mas também cultural. Sendo assim o Cons. Flávio Martins informou ao Conselho da Diáspora das reuniões dos Conselhos Regionais que vão decorrer proximamente caso estejam interessados. O Cons. Sérgio Tavares comunicou que o Conselho da Diáspora é outro mundo totalmente diferente ao Conselho das Comunidades Portuguesas pois dispõem de muito mais facilidades. O Cons. Amadeu Batel considera que essa Diáspora nada tem a ver com a nossa Diáspora, mas considera válido o diálogo. Por fim, o Cons. Flávio Martins considera que a troca de informações e atividades comuns serão uma mais valia, por isso oficiará às Presidências dos Conselhos Regionais para que tenham esse diálogo, se assim entenderem em suas próximas reuniões. Passando ao ponto 4) Pagamento do *site* do CCP o Cons. Flávio Martins anunciou que já se tinha pedido ao SECP para disponibilizar os recursos para o pagamento e

solicitou aos presentes a autorização para a despesa, que estará em torno dos 100 (cem) euros, ao que todos concordaram. Prosseguindo para o ponto 5) Moção EPE, foi deliberado entre os assistentes que uma moção é um comunicado mais curto, no entanto, devido ao conteúdo formulado e sua extensão, foi proposto então que em vez de uma moção fosse uma carta, uma manifesto, para poder esclarecer todos aqueles pontos que tinham sido alvo de questionamento por parte de alguns deputados na audiência de 30 de novembro em relação à petição “Portugues para todos”. Após diversas considerações, o teor foi aprovado e será enviado ao GP do PS e à Comissão de educação da A.R. a solicitar uma reunião para que os argumentos possam ser clarificados e debatidos. Seguindo-se ao ponto 6) Assuntos Gerais, foram aqui mencionados alguns aspetos das diferentes Comunidades, começando o Cons. Flávio Martins por anunciar que os salários dos trabalhadores dos postos consulares no Brasil estavam a ser resolvidos e que o SECCP na sua visita oficial ao Brasil iria visitar diversas Associações para poder ter uma visão mais abrangente das Comunidades Portuguesas no país. A Cons. Rita Santos conseguiu entrar no fim da reunião e informou que têm estado a ajudar alguns aposentados a resolverem muitos dos seus problemas com as Finanças. A Cons. Ligia Fernandes, da África do Sul, anunciou que o Deputado Maló de Abreu, do PSD, pretende visitar a Comunidade no mês de Março e para estar presente na reunião do Conselho Regional de África, a realizar em Joanesburgo. Os Conselheiros Paulo Martins e Sérgio Tavares expressaram que devido à atual situação instável do Governo o CCP deve pensar em tomar posição acerca das eleições se o cenário político se agravar. O Cons. Ângelo Horto notificou que muitos patrimónios na Cidade do Rio de Janeiro foram salvos devido à medida muito significativa de serem exonerados do pagamento do Imposto Territorial Urbano (IPTU), projeto do executivo do Município. O Cons. Pedro Rupio participou que a reunião que o Conselho da Europa teve

com o SECP serviu para iniciarem algum contacto institucional depois de todo o percurso negativo que tiveram até agora. Para finalizar, o Cons. Amadeu Batel insistiu que o Governo desconhece as políticas das Comunidades e informou que o plano estratégico dessas políticas está ainda por finalizar. Todos os presentes consideraram a reunião muito frutífera e parabenizaram por isso. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:30 hrs (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.



João Amadeu Batel



M. A. Almeida